

III Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XVIII Jornadas de Investigación Séptimo Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011.

A formação do professor com compromisso político: uma construção subjetiva.

Perce Eugenio, Aline Aparecida y Ignacio Silva, Sonia Aparecida.

Cita:

Perce Eugenio, Aline Aparecida y Ignacio Silva, Sonia Aparecida (2011). *A formação do professor com compromisso político: uma construção subjetiva. III Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XVIII Jornadas de Investigación Séptimo Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-052/639>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eRwr/ZmC>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR COM COMPROMISSO POLÍTICO: UMA CONSTRUÇÃO SUBJETIVA

Perce Eugenio, Aline Aparecida; Ignacio Silva, Sonia Aparecida
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Brasil

RESUMEN

O presente trabalho tem como objetivo discutir o espaço que a subjetividade ocupa na formação do professor com compromisso político. Bem como a importância da formação política na construção da identidade docente, e no fortalecimento dos vínculos da prática pedagógica que se direciona a educação popular. Procurou-se compreender que a ação pedagógica, permeada pelo compromisso político passa, inevitavelmente, por uma construção subjetiva que é singular em cada educador. Essa formação se constrói numa perspectiva dialética, em que sua subjetividade se constitui na interface entre o social e o individual. Desse modo, contextualizar a formação do professor com compromisso político faz-se necessário, considerando as complexas relações entre educação e sociedade, em que cada vez mais tem colocado a instituição escolar a serviço da manutenção da ordem globalizante e neoliberal vigentes. Logo, uma ação pedagógica comprometida com a emancipação, pode contribuir de modo coerente e eficaz na formação de uma sociedade com autoria de pensamento.

Palabras clave

Educação Política Subjetividade Emancipação

ABSTRACT

THE TRAINING OF THE TEACHER WITH POLITICAL COMMITMENT: A SUBJECTIVE BUILDING

The present work has like objective argue the space that the subjective occupies in the training of the teacher with political commitment. Like this like the importance of the political training in the building of the identity teacher, and in the strengthening of the ties of the pedagogical practice that addresses the people education. It looked for comprise that the pedagogical action, intervene peel Political commitment happens, inevitably, by a subjective building that is single in each educator. This training build in a dialectic perspective, in that his subjective constitute in the interface between the social and it Individual. Of this way, context the training of the teacher with political commitment does necessary, considering the complex relations between education and society, in that increasingly has placed the institution School to service of the maintenance of the order globalization and neoliberal valid. Afterwards, a pedagogical action engaged with the emancipate, can contribute of way coherent and effective in the training of a society with author of thought.

Key words

Education Political Subjective Emancipate.

A formação do professor com compromisso político

A formação político-pedagógica oferecida aos professores, mesmo que se configurasse de modo a oferecer subsídios suficientes para que os educadores compreendessem que a escola reflete as decisões políticas e econômicas do seu contexto, ainda assim seria insuficiente. Visto que, a ação pedagógica permeada pelo compromisso político, passa inevitavelmente por uma construção subjetiva que é singular em cada educador. Desse modo, entendemos a formação do professor com compromisso político como necessária na construção de uma educação coerente e eficaz para todos. Quando nos referimos a essa educação, retomamos o princípio da qualidade, que embora se apresente de modo incansável na mídia, no discurso do poder público, ainda não alcançou sua excelência. Visto que, a educação pública no Brasil encontra-se descaracterizada. Não faremos uma discussão dessa afirmação, pois é sabido por todos a quantidade de mazelas que assola o sistema de ensino brasileiro. Entretanto, gostaríamos de destacar o profissional que atua neste espaço, o professor, cuja construção de sua identidade docente vem se amparando, nos últimos anos, num discurso onde ele próprio é responsabilizado por todas as contingências que perpassam o sistema escolar.

Sendo assim, pretendemos com esta reflexão abordar a formação de professores, a partir de uma outra perspectiva, pois pensamos que a formação técnica do educador já deveria ser uma etapa alcançada quando pretendemos buscar uma educação de qualidade para todos.

Neste sentido, buscamos contextualizar a formação do professor com compromisso político numa perspectiva mais ampla, em que a construção da subjetividade não acontece num espaço interno e nem num espaço externo, mas na interface deles. Entendemos que a formação política dos professores deve ser explicitada e aprimorada constantemente quando o que se pretende é estreitar e fortalecer os vínculos da prática pedagógica com os interesses populares.

Destacamos a importância da formação política do professor considerando as complexas relações entre educação e sociedade, que cada vez mais tem colocado a escola a serviço da manutenção da ordem globalizante e neoliberal vigente, em detrimento da promoção do desenvolvimento intelectual e afetivo dos seus membros. De acordo com este paradigma político e econômico, as concepções de homem, de educação e de sociedade não são efetivamente questionadas e as análises do sistema de ensino diluem-se em discursos cujo professor é tomado como "bode expiatório" da má qualidade do ensino, sendo que suas verdadeiras causas são camufladas pelo retorno de um sistema de educação com-

pensatório.

Neste contexto, entendemos a escola pública como um espaço de luta ideológica, em que, se por um lado ela recebe recursos e diretrizes de um modelo neoliberal de sociedade, por outro, ela se destina a uma parcela da população que busca, ou pelo menos deveria buscar, seu espaço de sentido, de emancipação por meio da apropriação dos saberes acumulado pela cultura. Portanto, o fenômeno educativo é contraditório, já que os interesses dos sujeitos que integram esses espaços são divergentes.

Sendo assim, é a perspectiva política presente na ação educativa que nos permite captar melhor as posições de alienação ou emancipação que permeiam a construção da subjetividade docente. Se pensarmos o fenômeno educativo com neutralidade, necessariamente, também desconsideraremos o contexto histórico, político, econômico e social em que essa ação se desenvolve. Neste caso, corre-se um grande risco de tomarmos a educação e mais ainda o trabalho docente como mais uma atividade, dentre tantas outras, prestadas a partir da concepção de venda de mão de obra intelectual. Entretanto, é justamente sobre esta concepção que gostaríamos de tecer algumas reflexões.

Embora o educador seja um operário intelectual e que, portanto, venda sua força de trabalho, é exatamente no produto da sua atividade que encontramos uma contradição, pois inversamente aos outros trabalhadores, o trabalho educativo não gera lucro, retorno imediato aos que detém os meios de produção. Faz-se necessário esclarecermos, que nos referimos aos fins do trabalho educativo, cujo objetivo não é produzir bens que irão suprir o mercado, gerando mais capital ao proprietário e produzindo um trabalhador cada vez mais alienado, cuja sua principal missão é adquirir os bens que ele próprio produziu. Ao contrário, nos referimos ao processo de humanização do sujeito.

Neste contexto, quando não há na ação educativa uma reflexão crítica a respeito da sua função social, há enormes chances dessa prática converter-se em estratégia de adaptação. Desse modo, a educação se distanciaria da premissa da emancipação e contribuiria com a alienação.

Referindo-se a formação do professor com compromisso político como um posicionamento objetivo, mas permeado pelas construções subjetivas, aponto a contribuição de Martins (2007), que reconhece a importância do processo de personalização da figura do professor como essencial a uma prática emancipatória, em que seja possível interferir tanto nas relações, espaços, como na construção e apropriação dos conhecimentos historicamente sistematizados.

Partindo do pressuposto que a humanização do indivíduo é o resultado mais direto do trabalho educativo, não poderíamos trocar nossas lentes por outras abordagens. Nas considerações a seguir tomaremos o Materialismo Histórico Dialético e a Psicologia Histórico - Social como norteadores da nossa reflexão.

O espaço da subjetividade na formação do professor com compromisso político

A dimensão subjetiva da realidade se apresenta como um dos eixos dessa discussão, que tem como fio condutor as contribuições da psicologia sócio-histórica.

Desse modo, não pensamos a educação de modo neutro, ao contrário, concordamos com Paulo Freire (1996), quando ele afirma que educar é um ato político. Neste contexto, também não poderíamos pensar a instituição escolar como um espaço apolítico, descontextualizado, pois se fazemos uso das lentes já mencionadas devemos refletir numa educação contextualizada, construída a partir de uma demanda histórica, portanto, permeada por interesses sociais, políticos e econômicos. É nesta mesma direção que pretendemos refletir a respeito da construção subjetiva do compromisso político do educador, pois assim como seu espaço de trabalho é permeado por uma construção que é histórica, sua subjetividade também.

Consideramos que são as demandas sociais, políticas e econômicas que vão moldando a subjetividade docente, pois assim como nosso processo de humanização é possibilitado pelas relações com o outro, com a cultura, nosso processo de formação intelectual também se constrói numa perspectiva histórico-social. Aliás, numa análise dialética, nossa subjetividade não se constitui apenas por referências externas ou internas. É no espaço entre o singular e o universal, entre o sujeito e a totalidade social que nossa subjetividade se constitui.

Desse modo, pensamos como necessária e imprescindível, uma postura crítico-reflexiva quando nos referimos à função social do educador; por outro lado, não nos referimos apenas a uma formação que passa pela competência técnica, adquirida por meio da formação acadêmica. Com efeito, pretendemos refletir a respeito da construção de uma prática coerente, eficaz e comprometida com as camadas populares, a partir de um processo de construção mais abrangente, que passa pela construção da identidade docente, que é permeada pela história, pela cultura, pela sociedade, que, portanto, não é neutra, mas interposta por todas essas dimensões.

Sendo assim, Leontiev (1980), nos ajuda a refazer um percurso histórico que julgamos necessário, quando apontamos a importância do comprometimento docente com uma educação popular de qualidade. É na base da sociedade burguesa que encontramos um espaço de contradição fundamental entre a privatização do capital e a socialização da força de trabalho. É também a partir de uma demanda econômica, de expansão do comércio e ascensão industrial, que surge a necessidade de qualificação, mesmo que precária, dos trabalhadores. Neste contexto, visando conseguir uma base social mais ampla, encontramos uma outra contradição, o fenômeno de socialização da cultura se dá sob hegemonia burguesa.

Norteados por essa construção de pensamento, a luta ideológica travada entre a burguesia e os operários não ficou apenas no passado, numa perspectiva factual da

história. Pelo contrário, é justamente porque as verdades são construídas historicamente, que apontamos a importância da formação do professor com compromisso político, já que esse espaço de contradição não foi superado. Isto em função de que, a educação popular ainda é desfavorecida, já que implicitamente, parece não almejar outros objetivos além de qualificação técnica de uma enorme quantidade de mão de obra.

Assim sendo, aponta Manacorda (apud MARTINS 2007 p.28):

[...] se o fato educativo é um *politikum* e um social, consequentemente, é também verdadeiro que toda situação política e social determina sensivelmente a educação: portanto, nenhuma batalha pedagógica pode ser separada da batalha política e social.

Logo, além de uma formação de qualidade, sólida, comprometida não apenas com o saber fazer, mas com um diálogo constante entre teoria e ação, enfatizamos a importância do reconhecimento da autoria de pensamento do sujeito que ensina. Pois só é capaz de compreender e resistir a uma prática ideológica, o educador que ressignifica sua prática e encontra como fruto do seu trabalho uma causa mais nobre, que passa inevitavelmente, pelo processo de humanização do sujeito. É nesta perspectiva que gostaríamos de pensar a construção da subjetividade do docente.

Quando propomos estabelecer relações entre educação, cultura e sociedade não podemos nos esquecer do sujeito que dá movimento, sentido a esses espaços. É nesta direção que pensamos a importância de direcionarmos nosso olhar as construções subjetivas. Neste sentido, esclarece Rios (2008, P. 30): “O homem é um ser-no-mundo. Ele não é, primeiro, e depois é no mundo. Ser no mundo já é constituinte de seu ser homem”. É nesta inter-relação entre homem e mundo que buscamos as contribuições de González Rey (2005), cuja compreensão da subjetividade se apóia numa dialética entre o individual e o social.

Segundo esse autor, numa teoria da personalidade de base histórico-cultural e, por sua vez, na psicologia social com base dialética, o individual e o social não constituem uma dicotomia, nem se excluem reciprocamente. É a partir desse esforço teórico que se constitui a subjetividade social. Nessa perspectiva, nota-se a presença da subjetividade social nos processos sociais não como algo externo aos indivíduos, mas como processos implicados dentro de um sistema complexo: a subjetividade social, na qual o indivíduo é constituinte e, simultaneamente constituído.

Desse modo, esse núcleo dinâmico de organização se nutre de sentidos subjetivos diversos, procedentes de diferentes zonas de experiência social e individual. Por isso, quando pensamos em construção de subjetividade, a partir dessa abordagem, a contextualização do sujeito se mostra imprescindível. De modo que, pensar a identidade docente nesta perspectiva só se justifica quando somos capazes de ampliarmos nosso olhar para as demandas de espaço e tempo, que nutriram e ain-

da nutrem de sentido a construção da subjetividade do educador.

Logo, a construção de subjetividade à qual nos referimos, não poderia desprezar o espaço da contradição, da luta ideológica, visto que, são nos espaços sociais, construídos historicamente que acontece a produção da subjetividade individual. São essas construções que garantem o processo de humanização do sujeito, em que a própria socialização se constitui como elemento de sentido e organização dos sistemas de relação social que acompanham o desenvolvimento humano. Portanto, é essa seiva social que nutre os processos de construção subjetiva do sujeito.

De acordo com a metáfora mencionada, qual seria a seiva social que nutre ou deveria nutrir a subjetividade de um professor com compromisso político?

Partimos de uma cosmovisão, em que a subjetividade humana é construída a partir de uma integração complexa e contraditória, em que a subjetividade individual é ressignificada por meio da subjetividade social. Portanto, a construção de uma percepção política na ação educativa não se estrutura apenas nos espaços de educação formal, ao contrário, são também as redes sociais, que refletem o paradigma dominante, que vão nutrindo a concepção de mundo, de educação, sociedade, além de outros conceitos que vão imprimindo marcas na subjetividade individual.

Sendo assim, uma prática pedagógica resistente deve nutrir-se de uma compreensão crítico-reflexiva das demandas sociais que são construídas historicamente. Concordamos com Rios (2008), quando aponta que uma sociedade capitalista se caracteriza por ter sua organização sustentada numa contradição básica, aquela que se dá entre capital e trabalho. Esse modelo gera como consequência uma divisão social antagônica, que, portanto, se estende à instituição escolar. Sendo assim, (...) “na sociedade capitalista, a escola enquanto instituição tem sido o espaço de inserção dos sujeitos nos valores e crenças da classe dominante” (RIOS, 2008, p.35).

Neste contexto, a compreensão da perspectiva política da prática educativa ocorre num processo de construção em que a subjetividade social contribui de modo a emancipar, ou alienar, os processos de formação do educador que pretenda posicionar-se com compromisso político.

Por isso, posicionar-se diante do fenômeno educativo de modo resistente, denuncia uma subjetividade individual, permeada por uma subjetividade social, nutrida a partir de espaços de formação em que as armadilhas do discurso dominante são identificadas e minadas. É uma compreensão crítico-reflexiva, que identifica a escola como espaço de possibilidades e se utiliza da sua função privilegiada: a transmissão dos saberes acumulados pela cultura, para não apenas transmitir, mas compartilhar saberes, o que poderá minimizar essas lacunas estabelecidas numa sociedade dividida em classes.

Conforme Rios (2008, p.59): “uma visão crítica da realidade não leva, automaticamente, a uma intervenção

crítica, mas é um primeiro passo [...]”. Neste sentido, quanto mais ampliarmos nossas expectativas em relação à educação popular, iremos concordar que ela poderá ser, não apenas, um organismo de socialização da cultura, como também de socialização da economia e da política.

Faz-se necessário esclarecermos que não pensamos a educação sob um ângulo de escape da condição de oprimido ou até mesmo, como fator de equalização de oportunidades, pois essa posição denunciaria uma concepção burguesa de educação. De modo que, não apenas o trabalho manual, mas também o intelectual submetido aos interesses dominantes, se constitui como fator de exploração humana.

Por outro lado, pensamos a educação numa perspectiva progressista, em que sua função seja desmistificar as ilusões que acompanham as construções subjetivas dos espaços sociais, como a instituição escolar. Possibilitando, assim, a construção de uma capacidade intelectual que favoreça a reflexão crítica da atuação profissional e social desse sujeito.

Por essas razões, as contribuições de Gramsci (1978), são enriquecedoras, à medida que o professor pode posicionar-se como um intelectual orgânico, colaborando, por meio de uma prática pedagógica comprometida, para as transformações necessárias na sociedade.

Neste sentido:

[...] o trabalho intelectual do professor exige desse profissional um trabalho prático de transformação estrutural da organização escolar, que se integra à transformação estrutural mais ampla da sociedade da qual ele participa, tanto mediante sua ação, como cidadão, quanto pela educação de consciência que a ação pedagógica produz. (GRAMSCI, 1978, p. 32).

Sendo assim, toda ação humana pressupõe a consciência de uma finalidade que antecipa a transformação concreta da realidade natural ou social. Temos então, o ato educativo como a atividade por meio da qual os sujeitos se apropriam das objetivações humanizadoras produzidas pelos homens histórica e socialmente, o que é tanto condição de humanização como de emancipação.

De acordo com Martins (2007), a atividade vital humana é a ação material consciente e objetiva, ou seja, a práxis. Neste sentido, a práxis compreende a dimensão autocriativa do homem, manifestando-se tanto em sua atividade objetiva, pela qual transforma a natureza, quanto na construção de sua própria subjetividade.

Desse modo, as construções subjetivas não atendem a uma ordem psicológica interior, mas sim social, objetiva e prática. Portanto, a busca por transformações sociais e posturas resistentes se constitui em espaços de luta coletiva, cujo princípio da individualização e da meritocracia contamina de modo contundente a construção da subjetividade social.

BIBLIOGRAFÍA

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

Gramsci, A. (1978). *Concepção dialética da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Leontiev, A. N. (1980). *O papel da cultura nas Ciências Sociais*. Porto Alegre: Villa Martha.

Martins, L. M. (2001). *A formação social da personalidade do professor: um enfoque vygotskyano*. Campinas: Autores Associados.

Rey, F. G. (2005). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. Trad. Raquel. S. L. Guzzo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Rios, T. A. (2008). *Ética e competência*. 18. ed. São Paulo: Cortez.